



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:

PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINARES

TEORIAS E PRÁTICAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS

FATORES QUE CONTRIBUEM COM A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO

RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2014

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS

**FATORES QUE CONTRIBUEM COM A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO
RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB**

Trabalho de Monografia apresentado como requisito para obtenção do título de pós-graduação em fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares junto a Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador:

Prof. M. Sc. Rômulo César Araújo Lima

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2014

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237f Santos, Francisco das Chagas.

Fatores que contribuem com a precarização do ensino rural no município de São Bento-Pb [manuscrito] : / Francisco Das Chagas Santos. - 2014.

30 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2018.

"Orientação : Prof. Me. Rômulo César Araújo Lima, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Educação no Campo. 2. Êxodo rural. 3. Precarização.

21. ed. CDD 370.1

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS

**FATORES QUE CONTRIBUEM COM A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO
RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 27/09/2014.



Prof.º Rômulo César Araújo Lima

Orientador

Prof.º Francineide Pereira da Silva

Examinadora



Prof.º Dalila Regina M. de Melo

Examinadora

Dedico este trabalho a todos os meus amigos que me acompanharam nessa trajetória e, em especial minha família pelo apoio e incentivo de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que tem propiciado em minha vida.

A minha esposa Eliane por toda a paciência, compreensão e apoio. A todos os meus familiares e aos amigos que sempre acreditaram em meus projetos e no meu potencial.

Meu especial agradecimento a meu orientador, pelo acompanhamento e incentivo na condução desde trabalho.

A cooperação de todos os profissionais da educação e alunos que de alguma maneira contribuíram para que este trabalho se realizasse.

RESUMO

O presente tema foi objeto de minha preocupação em observar o modelo de desenvolvimento e de urbanização adotado no Brasil, onde apresenta serias consequências para o setor educacional. Mesmo com uma década onde os indicadores relacionados ao acesso à escolarização tem apresentado um dado em que 96% das crianças de 7 à 14 anos estão matriculadas, a qualidade e a eficiência dos sistemas de ensino ainda apresentam sérios problemas. O meio rural é o que apresenta as maiores restrições para atingir uma universalização do ensino a partir desse fato este trabalho tem como objetivo pesquisar a precarização da educação rural no município de São Bento mediante coleta e análise de dados obtidos junto a secretaria municipal da educação. O estudo mostra que o fechamento de algumas escolas da zona rural tem contribuído de forma decisiva para o êxodo rural, onde foi constatado que algumas comunidades rurais não registram a presença de uma só família residindo. Nessa perspectiva foi observado a importância de se adotar um modelo de desenvolvimento que contemple o setor rural.

Palavras-chaves: Precarização. Êxodo rural. Educação no campo.

ABSTRACT

This issue was the subject of my concern observe the development model of urbanization and the gifted in Brazil, which has serious consequences for the education sector. Even with an ode decade indicators related to access to schooling has presented data that 96% of children 7-14 years old are enrolled, the quality and efficiency of education systems also present serious problems. The rural environment is what presents the greatest constraints to achieving universal education from that fact this study aims to investigate the instability of rural education in the municipality of São Bento by collecting and analyzing data obtained from the municipal office of education. The study shows that the closure of some rural schools have contributed decisively to the rural exodus, where it was found that some rural communities do not register the presence of a single family dwelling. In this perspective the importance of adopting a development model that addresses the rural sector was observed.

Keywords: Insecurity. Rural exodus.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 JUSTIFICATIVA	9
3 OBJETIVOS	10
3.1 OBJETIVO GERAL	10
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
4.1 Precarização das escolas rurais do município de São Bento-PB.	11
4.2 A educação do campo: a constituição de um campo de discussão.	14
4.3 A educação popular, a educação libertadora e a educação do campo.	16
5 METODOLOGIA	17
5.1 Caracterização da Pesquisa	18
5.2 Instrumentos da Pesquisa	18
5.3 Levantamento de Dados	19
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
8 CRONOGRAMA	24
REFERENCIAS	25
ANEXOS	26
ANEXO A	27
ANEXO B	28

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de um tema em que tenho manifestado minha preocupação. O meio rural tem apresentado nas últimas décadas as maiores restrições em relação a uma universalização do ensino que garanta, sobretudo qualidade na aprendizagem. Os baixos índices de escolaridade segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresenta um dado em que aproximadamente 32 milhões de brasileiros ainda vivem no meio rural. Os baixos indicadores educacionais podem contribuir para uma redução ainda maior das pessoas que residem no campo, visto que, o modelo de urbanização praticado no Brasil vem sufocando cada vez mais a permanência do homem na zona rural.

Se os índices de analfabetismo do Brasil ainda são bastantes elevados, no meio rural esses indicadores são ainda mais preocupantes.

Segundo o IBGE, 29,8% da população adulta que vive no meio rural são analfabetas, enquanto isso no meio urbano essa taxa é de 10,3%. Outros dados revelam que no meio rural brasileiro 6% das crianças de 7 à 14 anos encontram-se fora dos bancos escolares.

Esses são alguns indicadores que demonstram a histórica negação a população que vive no meio rural brasileiro. Tudo isso é resultado de um processo econômico, social, cultural, e de políticas educacionais que foram implementadas em nosso país. Nesse contexto este inserido o município de São Bento que apresenta como herança um quadro de precariedade no funcionamento das escolas rurais, onde espaço físico inadequado, má distribuição geográfica das escolas, falta de pessoas qualificadas tem sido instrumentos de estímulo ao fechamento de algumas escolas, contribuindo para o êxodo rural, destruindo assim a autoestima do homem do campo, deixando de se colocar a serviço de seu crescimento.

2 JUSTIFICATIVA

Esse tema foi escolhido pela complexidade da realidade do ensino rural no município São Bento-PB; onde das 47 unidades educacionais cadastradas no ministério da educação, 36 dessas unidades estão situadas na zona rural e 11 unidades na zona urbana do município.

Dados do censo escolar 2014 apresentam um total de 24 unidades escolares ativas, sendo 11 na zona urbana e 13 na zona rural.

Em um total de 36 unidades escolares que são cadastradas no ministério da educação situadas na zona rural do município, apenas 13 unidades estão em funcionamento no ano letivo de 2014, representando apenas 36% das escolas rurais ativas.

A precarização da educação rural no município de São Bento, tem contribuído decididamente para o fechamento de escolas, causando enormes prejuízos a essas comunidades rurais.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Verificar as precárias condições de ensino nas escolas rurais do município de São Bento-PB

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar como é tratado o ensino rural no município de São Bento.
- Apontar como fator determinante ao êxodo rural no município o fechamento de escolas.
- Destacar a importância do fortalecimento do ensino rural como uma forma de fixar o homem no campo.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Precarização das escolas rurais do município de São Bento-PB.

No final do século XX, o Brasil contava com mais de 220 mil escolas, em 2013 este número cai para pouco mais de 193 mil, uma redução de cerca de 12%.

É claro que não se trata de que a população em idade escolar tenha diminuído na última década, pelo contrário, com um crescimento populacional de mais de 20 milhões (2000-2010), A população em idade escolar aumentou e para atendê-la seria necessário que houvesse um incremento de cerca de 20 escolas. O que se deu, foi justamente o contrário.

O resultado dessa situação é que a tão propalada “Universidade de ensino”, ficou longe da realidade. De acordo com dados oficiais do IBGE, em 2010 ainda havia 3,3% de crianças de 6 a 14 anos, fora da escola. Entre os jovens de 15 a 17 anos, o índice dos “sem escolas” alcançava a marca absurda de 16,7%, uma das mais elevadas do mundo.

As zonas rurais foram as mais atingidas por esta política, resultadas de um processo de “reorganização” atuado em quase todos os municípios brasileiros. Medidas como a municipalização das redes estaduais, e o agrupamento de escolas a fim de conter gastos (nucleação), fazendo com que os alunos tenham que deslocar-se por vários quilômetros para chegar aos locais de estudo, sob o pretexto de que houve uma maior disponibilização do transporte escolar.

O nordeste sozinho é responsável por 55,4% do total de escolas rurais fechadas de 2002 a 2010. Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), este estudo revela que o fechamento acelerado de escolas no meio rural do Nordeste é preocupante, pois além dessa região concentrar o maior número absoluto e relativo da população rural no Brasil, é no campo nordestino que estão os maiores problemas de acesso à educação e onde se concentram os piores indicadores.

Para o mestre em educação Marcos Aurélio de Patrício, a maior parte desses estabelecimentos de ensino fecha por conta da dificuldade na manutenção. “Em sua maioria são escolas pequenas, com difícil acesso, muitas vezes não tem água, energia, e a merenda é entregue de forma irregular” diz.

Como alternativa, os gestores tentam agrupar estas escolas (nucleação); Porém, com isso surgem problemas como o de transportes de alunos. E a distância destas unidades escolares em

relação às residências desses estudantes, o que contribui para a evasão escolar. Em períodos de cheias, por exemplo, as estradas vicinais que ligam as comunidades rurais a sede do município, ficam em sua maioria, intransitáveis, devido problemas de infraestruturas das mesmas. Desse modo, os alunos da zona rural que estudam na cidade acabam se prejudicando nos conteúdos.

O município de São Bento, com uma população estimada em 35 mil habitantes, (dados da secretaria de infraestrutura municipal), possui 47 escolas em sua rede de ensino cadastradas no ministério da educação. No exercício 2014 a rede municipal conta com 24 escolas ativas, sendo 11 escolas na zona urbana e 13 escolas na zona rural, do total de 23 escolas desativadas, 22 estão situadas na zona rural. As 13 escolas rurais em atitudes atendem as séries iniciais do ensino fundamental, sendo que, em muitas delas ainda funcionam como as classes multisseriadas. Em grande parte dessas escolas há uma grande porcentagem de distorção idade-série, o que demonstra a fragilidade do processo ensino aprendizagem.

A precarização da escola multisseriada, se faz notar por um conjunto de particularidade que comprometem o processo ensino aprendizagem. As quais foram identificadas por algumas comunidades rurais.

A escola municipal Martiniano Moreira da comunidade rural Alto do Cipó, é um exemplo característico dessas afirmações. Para o morador Manoel Vicente Dantas, “A falta de apoio maior do poder público para trazer novidades para a escola, deixam os alunos sem interesse, e muitos pedem para transferir para a escola da cidade”.

Vê-se que é necessário realizar políticas, dentro do próprio ambiente escolar, que motive o aluno a permanecer na escola. É preciso que se desenvolvam mecanismos atraentes, para que o aluno sinta interesse pela aprendizagem e evite o abandono escolar.

A escola municipal Inocência de Oliveira da comunidade Gangorrinha, paralisada na década de 80, causou o maior prejuízo a então comunidade. Segundo a moradora Maria de Fátima Dantas, uma das poucas que ainda resiste em morar nessa comunidade rural, diz “ Na escola era onde a comunidade se reunia, dia das mães, dia do estudante, dia do professor, ali era um ponto de encontro de todos nós da comunidade. Quando a escola fechou isso acabou, é como se um pedaço da vida da comunidade morresse”.

Moradores de algumas comunidades rurais, a exemplo de Dona Maria de Fátima, da comunidade da Gangorrinha, viam a escola como uma grande vantagem que a comunidade apresentava, porém, com o fechamento das escolas, o dia-a-dia, as rotinas dessas comunidades mudaram muito.

Outro ponto identificado nesta precarização do ensino rural é demonstrado pelos altos índices de analfabetismo e exclusão escolar, presentes em quase todas as comunidades rurais do município, mesmo as escolas que estão em atividades, a existência de prédios escolares em péssimo estado de conservação, professores sem qualificações, além da ausência de um financiamento apropriado que oportunize oferecer um ensino com dignidade aos sujeitos do campo.

A escola municipal José Raimundo da Costa da comunidade Várzea Grande, é um exemplo dessa complexidade, com apenas 8 alunos matriculados no exercício 2014, é uma das próximas escolas a ser paralisadas. Segundo o morador José Antônio da Silva, “Muitos alunos que podiam estudar aqui, estão estudando na cidade. Aqui tudo falta”.

Ao estabelecer um questionamento com alunos e pais de alunos de algumas escolas municipais que foram desativadas, identificaram-se alguns aspectos que contribuiriam para tal fim.

Foi ventilada a questão da precariedade das instalações físicas das escolas, dificuldade de transporte para alunos e professores, oferta irregular da merenda escolar, invisibilidade das escolas rurais menores em relação ao poder público municipal.

Percebe-se que estudar em condições que foram diagnosticadas em algumas unidades escolares do município de São Bento-PB, não motiva seus professores como também os alunos, reforçando a ideia empobrecida da escolarização rural e a consequente transferência desses alunos para escolas urbanas, aonde muitas famílias vêm migrando para a cidade ocorrendo o êxodo rural.

Nessas comunidades há uma escassez muito grande de recursos hídricos. Dessa forma, é inviável para a população viver numa localidade dessas. Sendo assim, muitas famílias passam a morar em outras regiões, distantes da sede escolar. Então, por esta razão, alguns estudantes encerram sua vida estudantil devido a mudança da família de endereço residencial. Porém, quando a família migra para localidades que existem sedes escolares, a criança ou o adolescente passa a as frequentar.

Com a falta de alunos, devido ao êxodo rural, muitas escolas fecham suas portas. Já em outras localidades acontece o inverso. Com o fechamento de algumas escolas, a comunidade entra em regresso. Há relatos no município de comunidades que não há mais absolutamente nenhum morador, devido ao fechamento de escolas, é o caso do fechamento das Escolas Municipais Joana Maria da Conceição e da escola da comunidade Riacho da Vara.

O fechamento das escolas municipais Joana Maria da Conceição e escola municipal Riacho de Vara provocou o êxodo rural de 100% da população que residia na década de 70 e 80 nas comunidades rurais Acauã e Riacho de Vara, atualmente são comunidades rurais que não registram um só morador residindo em seus torrões.

As Figuras 2 e 3, que se encontram no Anexo B deste trabalho, retrata escolas rurais abandonadas, devido ao êxodo rural nestas regiões (muitas vezes causadas pela seca ou até mesmo pela falta de oportunidades e empregos nas comunidades, ou seja, em busca de condições melhores para sobreviver) e também casas de famílias sem nenhum morador, ou seja, abandonadas.

4.2 A educação do campo: a constituição de um campo de discussão.

A constituição histórica das práticas educativas emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. A perpetuação de traços coloniais na estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração do público tem fortes raízes rurais e patriarcais. A sobrevivência de traços coloniais na interpretação da realidade perpassa as relações históricas que conformam a estrutura fundiária brasileira. Atrelada a esta estrutura, a educação rural não é exceção nas determinações que, antes de representarem um instrumento de ruptura com a ordem estabelecida, sofrem processos de conformação em relação à estrutura social, cultura e econômica gestada no e para o país. Como afirma Leite:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por reguardar ideológica o elitismo acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

Delineia-se, assim, um imaginário de que, para viver na roça, não há necessidade de amplos conhecimentos socializados pela escola. Esta concepção de educação rural considerada

que, para os trabalhadores do campo, não era importante a formação escolar já oferecida às elites brasileiras. As “escolinhas” criadas no meio rural, geralmente multisseriadas e isoladas, eram poucas e questionadas pelas forças hegemônicas da sociedade quanto a sua eficácia no ensino. Com o processo de urbanização crescente e o movimento de correntes migratórias, a educação rural começa a ser objeto de algumas preocupações de alguns setores ligados à educação. Contudo, algumas iniciativas destas forças, de caráter assistencial e outras privadas, defendiam a necessidade de alguma formação para o trabalho agrícola. Também no âmbito público, algumas manifestações se dirigiam a “clamar por uma educação de sentido prático e utilitário, e insistia-se na necessidade de escolas adaptadas à vida rural”.

Essa mesma autora afirma que se observam intenções do poder público de prover o meio rural de escolas já no século XIX. Porém, apenas a partir de 1930 é que os programas de escolarização do meio rural ganham corpo. Leite (1999) aponta o forte movimento migratório ocorrido no país no período 1910/1920 como desencadeador de um olhar mais atento para a educação rural, contexto em que surge o “ruralismo pedagógico”, que pretendia uma escola integrada às condições locais, objetivando assim fixar o homem no campo. A ideia de fixação do homem ao campo exaltava de forma romantizada uma educação voltada à “vocação” do país, entendida como agrária. Da terra deveria o homem retirar a sua felicidade e somente nela conquistaria o enriquecimento próprio e do grupo social do qual fazia parte.

Esse ideal pedagógico se perpetuará por muitas décadas e podemos dizer que somos seus herdeiros, pois a ideia de uma educação vocacionada ressurgiu em todos os momentos que a educação do campo é discutida, embora os significados desta “vocação” possam diferir. O entendimento comumente realizado parece estar sedimentado na concepção de educação rural, como aquela que, além de ensinar a ler, contar e escrever pode incluir técnicas agrícolas em seu currículo e assim estará contribuindo para fixar o homem no campo.

A apropriação da discussão da problemática da educação rural, na perspectiva dos sujeitos que nela atuam e sofrem as ausências de política que as contemplem, dar-se-á no bojo do movimento de educação popular, que compreendemos como Paludo. “Como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada como os interesses dessa concepção das classes subalternadas”.

A autora situa a emergência dessa concepção antes da Proclamação da República, por ocasião dos movimentos operários que se formam e atuam naquele período, e aponta a fundação de bibliotecas populares e escolas operárias para crianças e adultos, mantidas pelas entidades operárias e, também, por recursos buscados no poder público. Podemos então situar essas

iniciativas operárias como as precursoras de uma educação popular, considerando-se que nessas experiências são debatidas questões pedagógicas, como o que ensinar e como educar, como atividade inserida nas lutas sociais. A preocupação dos socialistas do período, em alinhar o conhecimento científico como a prática do trabalhador, também merece destaque, pois funda um dos pilares do que se desenvolverá como Educação Popular no Brasil, inaugurando uma postura política, na defesa de uma educação como prática social que será assumida pelos movimentos sociais, em diferentes movimentos de nossa história.

As experiências anarquistas e anarco-sindicalistas no Brasil ocorrem com maior intensidade no início do século XX e propõem uma educação para a liberdade. Para tanto, entende que o Estado, a Igreja e o Capital necessitam ser combatidos, desenvolvendo “uma prática pedagógica intimamente associada às suas propostas de como deveria ser a sociedade: autogerida e livre”. Todas as iniciativas libertárias foram reprimidas e, em 1919, suas escolas são fechadas.

Durante o Estado Novo, teremos um silenciamento de muitas lutas, tal qual o que calou sobre o fechamento das escolas anarquistas. A partir da década de 1950-1960, porém, emergem e se consolidam movimentos ligados às mais variadas instâncias sociais, como os Movimentos de Cultura Popular (MCP), do qual participou Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os Centros Populares de Cultura (CPC), criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). É nessa emergência da educação popular nos anos de 1960 que o educador Paulo Freire demarca uma proposta de educação libertadora.

4.3 A educação popular, a educação libertadora e a educação do campo.

A educação Popular, como composição teórica-prática sobre a situação educacional do país, se insere nos movimentos sociais que tencionam o Estado. Ao mesmo tempo em que se torna uma prática propositiva, esta composição busca compreender questões educacionais a partir de um quadro político-democrático, no qual se manifestam as lutas pelas transformações sociais a partir da educação, nas dimensões de luta pela cidadania em relação à qualidade de vida. O que é possível esperar desta relação de contradições é a transformação, visto que torna a educação inovadora, apostando que é possível transformar a realidade, a dominação e a ação do dominador.

Com efeito, a pedagogia que Freire propõe encontra ressonância nos movimentos sociais, pois, como afirma Paludo, “É nos anos de 1960, com Paulo Freire, que no Brasil se tem pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares”.

Proposta que adentra o campo popular porque contempla esses grupos sociais, partindo do vivido para propor uma transformação. A possibilidade de pensar a educação a partir das classes trabalhadoras, sob o princípio de uma educação que liberta e concebe a vida humana para além das desigualdades, por meio de um processo dialógico, tornou-se uma referência para pensar a educação popular. A inserção da proposta de Freire nos anos de 1960 sobreviverá à intensa repressão sofrida pelo povo brasileiro no período da ditadura militar, até porque as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), organizadas e mantidas pelo setor progressista da Igreja Católica, continuam a existir e a atuar, como nos diz Frei Beto, ao escrever sobre o poder popular na América Latina: “No caso brasileiro, na falta de espaços orgânicos de rearticulação política, devido à severa repressão militar, um segmento importante dessa nova esquerda buscou a esfera pastoral das Comunidades Eclesiais de Base como meio de inserção no universo popular”.

5 METODOLOGIA

A coletânea de informações será feita através de entrevistas com moradores e alunos dessas comunidades rurais. Pesquisa em banco de dados do censo escolar da secretaria municipal da educação, e algumas referências bibliográficas que tratam do tema educacional no campo.

5.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa a ser feita tem como característica uma pesquisa qualitativa de forma descritiva, onde busca informações do que essas pessoas têm a se pronunciar sobre o assunto, onde procura explorar a ideia para melhor entendimento do que está sendo pesquisado.

“A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produtor de uma visão subjetiva rejeitada toda a expressão quantitativa, numérica, toda medida. Assim, os resultados são expressos Por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para das o fundamento ao concreto necessário.”

(TRIVINOS, 1992, p. 128)

Utilizou-se também de fundamentação teórica e de pesquisa de campo realizada nas comunidades rurais Alto do Cipó, Várzea Grande, Gangorrinha e Boa União, todas da zona rural do município de São Bento-PB. Na pesquisa de campo que “... é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta...” (Marconi & Lakatos, 1999, p.85).

5.2 Instrumentos da Pesquisa

Os instrumentos que foram selecionados para a realização dessa pesquisa foram da seguinte ordem: Questionários aplicados a moradores dessas comunidades rurais em estudos, e, por conseguinte, análise dos dados coletados.

E, relação ao questionário, o pesquisador pode aplicá-lo através do contato direto para ser respondido, explicado e abordado os objetivos da pesquisa, onde são esclarecidas as dúvidas como relação ao que está sendo questionado: Além disso, foram analisado dados do censo escolar (Ministério da Educação).

Após a coleta de dados foi efetuada a análise dos resultados obtidos, verificando as respostas de pais de alunos e alunos dessas comunidades rurais em relação ao tema fechamento de escolas rurais e funcionamento precário dessas escolas.

Para Michelat Apud Ludke (1986), para formular essas categorias iniciais, é preciso ler e reler o material até chegar a uma espécie de impregnação do seu conteúdo.

Isso quer dizer que a análise não se deve restringir somente ao que está explícito no material, mas procurar ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas ou temas “silenciosos”.

5.3 Levantamento de Dados

Foi aplicado um questionário, (em anexo) a 10 moradores dessas comunidades rurais que residem ou já residiram nas mesmas. A estruturação deste questionário foi feita com quatro perguntas abertas, de modo a preservar a identidade das pessoas que participaram desta pesquisa. A apresentação desses resultados veio após uma síntese das respostas retiradas dos questionários com os dados pesquisados. Esses dados retratam alguns pontos que chamam a atenção com relação às respostas questionários realizados com moradores e ex-moradores dessas comunidades rurais do município de São Bento-PB, nos quais refletem um pouco o que eles pensam sobre o fechamento de escolas rurais ou o funcionamento de forma precária das mesmas em suas comunidades.

Além disso, foram observados e analisados relatórios do censo escolar da educação municipal (Censo Escolar do Ministério da Educação), onde ficou comprovado que entre os anos 2000 e 2014 ocorreu um elevado percentual de fechamento de escolas nas comunidades rurais do município de São Bento-PB.

1. Qual a importância da escola em sua comunidade?

Para a grande maioria dos entrevistados, a escola é a porta de entrada das boas ações que chegam à comunidade. Ela é o lugar onde as famílias se reúnem, onde as crianças aprendem, onde acontecem muitas comemorações. Portanto para quase 100% dos entrevistados, a escola faz parte da vida da comunidade.

2. O que faltou para que essa escola desenvolvesse seu papel de transformação nessa comunidade?

Para quase 100% dos entrevistados faltou apoio do poder público, isso com mais atenção e melhoramentos para que a escola se tornasse atrativa pelos alunos, e não essa imagem de abandono, falta de equipamentos e professores capacitados que é de fato o que ocorre em quase todas elas. A comunidade acredita que se na escola tiver coisas atrativas, para os alunos, vai ajudar a melhorar o aprendizado deles, além de que a maioria dos entrevistados relataram que é comum faltar o básico para os estudantes, como água, atraso no material escolar e até mesmo a merenda escolar. A comunidade acredita que dessa forma, a escola pode também está colaborando para o desestímulo dos alunos e o prejuízo dos mesmos.

3. Quais as principais perdas para a comunidade com o fechamento da escola?

Para 100% dos entrevistados, fechar a escola é o fim, é como se um pedaço daquela comunidade tivesse morrido. Com o fechamento da escola praticamente se fecham todos os espaços para aquelas pessoas. Os entrevistados ainda afirmaram que para os filhos, o deslocamento para outras localidades, para que os mesmos possam estudar é muito sacrificante, devido a distância e dificuldade em locomoção, por terem que enfrentar longas distâncias, muitas vezes a pé, por falta de transporte.

Alguns entrevistados chegaram a dizer que se não houvesse uma escola próxima a localidade onde vive não permitiria o deslocamento longo dos filhos. E reafirmou a importância da escola na comunidade onde vivia.

4. O que você espera do futuro dessa comunidade?

Para a grande maioria dos entrevistados se o poder público não fizer alguma coisa para garantir a permanência do homem no campo, provavelmente todos vão ser obrigados a ir morar na cidade, e aí, o futuro é incerto. Pois o homem do campo está mesmo acostumado a trabalhar na terra, a produzir em seu torrão.

Porém, com a falta de investimentos do setor público no campo, sem promover melhorias para a comunidade, como construções de unidades de saúde, reformas de escolas existentes, qualificar os professores, garantir o abastecimento de água, entre tantos outros investimentos da infraestrutura do local, fica cada vez mais difícil a permanência do homem no campo. Pois o homem ele busca novas oportunidades e novas conquistas, com o campo estagnado, é cada vez mais sacrificante sua permanência.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada apresentou dados que demonstram como os moradores veem suas comunidades rurais após o fechamento da escola, ou mesmo aquela que ainda funciona, mas em condições precárias.

De acordo com a aplicação dos questionários percebeu-se a insatisfação desses moradores, os prejuízos em que essas comunidades foram submetidas, com a falta de um dos espaços mais democráticos que pode existir para eles, que é a escola em pleno funcionamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como finalidade estudar a importância do funcionamento das escolas rurais, e as consequências quando ocorre o fechamento das mesmas.

De acordo com algumas respostas obtidas através dos questionários fica evidente a insatisfação das pessoas que ali presidem os prejuízos causados as mesmas quando um dos espaços é fechado.

Sendo assim, o fortalecimento das escolas rurais é uma forma de garantir a permanência das famílias no campo, através desse espaço, a comunidade se organiza, promove seus encontros, discute suas problemáticas.

A educação do campo precisa ser repensada de forma a garantir uma escolarização de qualidade que promova a libertação desse modelo atual de educação no campo. O mesmo tem contribuído para o homem da zona rural abandonar suas raízes por falta de apoio, e se submeter a vida urbana, sobrevivendo do subemprego e muitas vezes residindo em moradias de condições sub-humanas.

Estimular a permanência desse homem no campo é assegurar a sua liberdade, é fortalecer o meio rural, é garantir a soberania e a cidadania ao trabalhador do campo.

REFERENCIAS

LUDKE, M. LUDKE, M.E.D.A. Pesquisa em educação:
Abordagens qualitativas.

São Paulo: EPU, 1996.

TRIVINOS, A.N.S Instrução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: ATLAS, 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS

ANISIO TEIXEIRA- Diretoria de Estatísticas da Educação Básica- Censo escolar 2005, 2007, 2012, 2014.

Secretaria Municipal de São Bento-PB

BEZERRA NETO, L. Avanços e Retrocessos na Educação Rural do Brasil. 2003,
Campinas.

CALAZANS, M.J.C. Para Compreender a educação do Estado no Meio Rural: Traços de uma trajetória. Papirus, 1993.

Arroy, M.G; CALDART, R.S; MOLINA, M.C

Por uma educação no campo. Vozes, 2004

ANEXOS

ANEXO A

Este é um questionário de pesquisa para o trabalho de monografia apresentado como requisito para obtenção do título de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares, junto a Universidade Estadual da Paraíba. Ficarei muito grato com a vossa colaboração em respondê-lo. Não é preciso identificar-se.

QUESTIONÁRIO:

1. Qual a importância da escola em sua comunidade?
2. O que faltou para que essa escola desenvolvesse seu papel de transformação nessa comunidade?
3. Quais as principais perdas para a comunidade com o fechamento da escola?
4. O que você espera do futuro dessa comunidade?

ANEXO B



FIGURA1- Imagem de satélite da localização da escola da comunidade rural de Gangorrinha, município de São Bento-PB. Fonte: Google Maps, acesso em 2014.



FIGURA 2- Escola da comunidade rural de Gangorrinha, abandonada por falta de alunos. Fonte: Próprio autor (2014).



FIGURA3- Casas abandonadas, devido ao êxodo rural. Fonte: Próprio autor (2014).



Figura 4- Região muito seca, que favorece o êxodo rural, além da falta de infraestrutura neste lugar. Fonte: Próprio autor (2014).